

**A MARGINALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL
EM DISCURSO DE LEONEL DE MOURA BRIZOLA (1961):
CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E INTERDISCURSO**

Samuel da Silva Alves

Graduando em História do Centro Universitário La Salle-Unilasalle. Bolsista Fapergs.
e-mail: samuel.alves13@outlook.com

&

Cleusa Maria Gomes Graebin

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente do
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro
Universitário La Salle-Unilasalle.
e-mail: cleusamggr@gmail.com

ALVES, Samuel da Silva & GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. A marginalização do Rio Grande do Sul em discurso de Leonel de Moura Brizola (1961): condições de produção e interdiscurso. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n. 15. jan.-jun./2016, p. 157-173.

Resumo: Neste trabalho, analisa-se um discurso de Leonel de Moura Brizola, proferido em evento organizado por acadêmicos da Faculdade de Ciência Política e Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em meados de 1961, momento em que ocupava o cargo de governador do Estado. Os objetivos da pesquisa, em fase exploratória, são: levantar e analisar fontes que se constituam como suporte da visão do Governador Brizola sobre a marginalização da economia sul-rio-grandense em meio ao cenário brasileiro e a centralização do processo de industrialização no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte. Para a análise, foram mobilizadas duas categorias do campo da Análise do Discurso, a saber: as condições de produção e o interdiscurso.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Marginalização econômica; Discurso.

Abstract: In this paper, we analyze a speech of Leonel de Moura Brizola, delivered at an event organized by students of the “Faculdade de Ciência Política e Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)” in the mid 1961, when he held the position of State Governor. The objectives of the research, in exploratory stage, are: up and analyze sources that constitute as the governor Brizola’s vision support on the marginalization of “Rio Grande do Sul” economy amid the Brazilian scenario and the centralization of the industrialization process in the shaft “São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte”. For the analysis, were mobilized two categories of the discourse analysis field, namely the production conditions and interdiscourse.

Key-words: Rio Grande do Sul; Economic marginalization; Discourse.

Introdução



exemplo de outros estados brasileiros, o Rio Grande do Sul passou, de meados da década de 1950 a meados de 1960, por uma grave recessão econômica. Seja pelo desgaste do sistema econômico, baseado na agricultura e pecuária, seja pelos reflexos do Plano de Metas¹ e a conseqüente centralização do processo de industrialização na região Centro-Sul, o desemprego em grande escala e déficit econômico milionário estabeleceram-se no Estado naquele período.

No auge da crise, o Engenheiro Leonel Brizola foi eleito (1958), como governador do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Considerado como herdeiro político de Getúlio Vargas, Brizola alinhava-se com os discursos proferidos pelas principais lideranças das esquerdas latino-americanas. Em suas manifestações, acusava os Estados Unidos da América e grupos econômicos estrangeiros e nacionais de serem os principais responsáveis pela pobreza, analfabetismo e estagnação econômica das então chamadas nações subdesenvolvidas sob sua zona de influência.

Em 1961, Brizola realizou inúmeras conferências a convite de estudantes universitários, expondo suas ideias políticas, além de realizar diagnóstico acerca do que entendia como as verdadeiras causas da pobreza no Brasil, apresentando alternativas para

¹ Após a morte de Vargas, em 1954, e a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, a industrialização intensiva foi o rumo tomado pelo governo. O Plano de Metas de João Goulart, acelerou, no Centro-Sul do país, a implantação de blocos básicos de desenvolvimento industrial. Já no extremo sul, este processo converteu a industrialização em um problema central do desenvolvimento desta região. A partir de 1956 “acumulam-se os desequilíbrios estruturais, institucionais, setoriais e regionais, com o acelerado e constante aumento de preços” MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1979, p. 386. De acordo com Müller, o Plano de Metas encaminhou-se para o desenvolvimentismo, aderindo às aspirações da classe proprietária nacional, vinculada, variavelmente, aos grandes grupos econômicos internacionais. MÜLLER, Geraldo. op. cit., 1979.

a sua superação². Uma de suas palestras foi proferida em um evento na Faculdade de Ciência Política e Econômica (FCPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quando abordou os reflexos do sistema econômico adotado pelo governo brasileiro e seus efeitos sobre o Rio Grande do Sul, o que poderia levar à sua marginalização no cenário econômico nacional.

O texto³ do discurso de Brizola foi o mote para este trabalho, o qual integra pesquisa sobre o Trabalhismo no Rio Grande do Sul, a partir de documentos de acervos privados. A fonte histórica aqui utilizada faz parte do acervo particular de Hamilton Moojen Chaves⁴, custodiado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). O trabalho apoia-se em aportes da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente no tocante às condições de produção e ao interdiscurso.

O artigo está organizado da seguinte maneira: iniciamos com uma Introdução, na qual encaminhamos as informações iniciais sobre o trabalho, seguida pelo item “O trabalhismo e a ideias políticas de Leonel Brizola”, que traz uma revisão bibliográfica sobre o tema. Na sequência, no item “Uma análise do discurso de Brizola aos estudantes da FCPE da UFRGS”, tratamos das condições para a produção do discurso de Brizola e, em “Um modo de significar: os “já ditos” no discurso de Brizola aos estudantes da FCPE da UFRGS”, analisamos o interdiscurso. Nas considerações finais, retomamos os principais pontos do trabalho, tecendo algumas inferências e apontando outras possibilidades de temas a serem explorados a partir da fonte histórica referenciada.

O trabalhismo e a ideias políticas de Leonel Brizola

De acordo com Jorge Ferreira⁵, na década de 1930, em decorrência do enfraquecimento do poderio das grandes potências europeias, envoltas em conflitos que culminariam na Segunda Guerra Mundial, surge o nacional-estatismo. Países como Brasil,

² FERREIRA, Jorge. Nacionalismo, democracia e reformas: As ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

³ Doc. APHMC 3.1.2. Acervo Particular Hamilton Moojen Chaves. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

⁴ Hamilton Moojen Chaves foi jornalista formado pela PUCRS e era ligado ao Trabalhismo. Foi assessor de imprensa de Leonel Brizola quando este exerceu o cargo de Governador do RS. Faleceu em 1985.

⁵ FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cesar Dutra (Org.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Argentina, Índia e México, totalmente dependentes dessas potências, aproveitaram-se de brechas deixadas por elas neste momento turbulento e buscaram encontrar meios de superar a dependência em que se encontravam, assim como formular projetos que dessem às nações emergentes certo grau de autonomia, seja ela política ou econômica, no cenário mundial. Em cada um desses países, o projeto nacional-estatista recebeu um nome, de acordo com a sua história e tradições políticas. No Brasil, recebeu o nome de trabalhismo.

Dissertando acerca do projeto político nacional-estatista destes países, Ferreira afirma:

O projeto era ambicioso: colocar em prática o desenvolvimento nacional autônomo baseado em um Estado forte, centralizado, interventor e planejador; em alguns desses países, mobilizar a população em torno de uma ideologia e/ou de uma liderança carismática, recorrendo, para isso, a um partido político de caráter nacional; conseguir o apoio de empresários e trabalhadores, e incentivá-los a colaboração mútua.⁶

Para o autor, o nacional-estatismo, implantado no Brasil ainda na década de 1930, revelou-se como um projeto nacional em inúmeros sentidos, pois induziu e financiou a industrialização, procurou valorizar os padrões de cultura do país – gerando, assim, uma economia moderna com algum grau de autonomia e identidade cultural –, além de visar o fortalecimento do Estado e da criação de estatais. Todavia, a política nacional-estatista brasileira não visava apenas o empresariado e ao Estado. Valorizou a mão de obra, acreditando que “para o desenvolvimento do país, não era mais possível a dilapidação de um importante fator de produção: os trabalhadores”⁷. Dessa forma, foram colocadas em prática leis sociais e políticas públicas referentes à educação e saúde.

Com o fim do Estado Novo e com o início do processo de redemocratização, surge no Brasil o pluripartidarismo. Emergem, neste momento, de acordo com Gomes⁸, aqueles que seriam os partidos de maior representatividade no período: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos ligados a Getúlio Vargas. Para Gomes e D’Araújo, “o PTB e o PSD emergem como uma solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (UDN⁹) e de uma forte esquerda

⁶ FERREIRA, op. cit., p. 308.

⁷ FERREIRA, op. cit., p. 308.

⁸ GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice JUPERJ, 1988.

⁹ União Democrática Nacional.

organizada (PC) forçavam a tomada imediata de decisões políticas”¹⁰. Conforme as autoras, deve-se descartar a ideia de que o PTB tenha sido uma “invenção de última hora”, organizado com o intuito de ser um contrapeso à força crescente do PC ou como alternativa popular, frente ao elitismo *pessedista*. Todavia, foi criado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, com o objetivo, segundo Gomes¹¹, de canalizar os esforços investidos por Vargas, durante o Estado Novo, na organização sindical.

Gomes¹² entende que o trabalhismo, como ideologia política, foi “inventado” em momento e circunstâncias precisos, caracterizando-se, principalmente, pela vinculação do nacionalismo à promessa de justiça social, centrada nos direitos trabalhistas:

Envolvendo um conjunto de valores, crenças, vocabulário e também práticas festivas (como certo tipo de comemoração do Dia do Trabalho), o trabalhismo, como ideologia, foi um produto do Estado Novo em seu segundo movimento. Isso significa que tal ideologia foi elaborada e difundida através de uma série de modernos e sofisticados procedimentos e atos comunicativos, a partir do ano de 1942.¹³

De acordo com Gomes¹⁴, o período pós 1954 caracterizou-se por profundas mudanças dentro do PTB. Após a morte de Vargas, se fez necessária uma série de ações, como a reestruturação e expansão da máquina político-partidária, além da luta, com outros partidos, pelo “legado de Vargas” e o controle do movimento sindical e do eleitorado popular. Como parte desta reestruturação, emerge, segundo a autora, a luta entre lideranças políticas pelo controle nacional e estadual do partido. O trabalhismo, que teve sua gênese na década de 1930, foi, no período de 1945 a 1964, “relido e apropriado por trabalhadores e lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades.”¹⁵ Neste sentido, destacam-se João Goulart, Fernando Ferrari, Santiago Dantas, entre outros, que discutiam os conteúdos programáticos do partido e suas bases de atuação. A exemplo destes

¹⁰ GOMES, Angela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987, p. 17.

¹¹ GOMES, op. cit., 1988.

¹² GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A Razão Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

¹³ GOMES, op. cit., 2016, p. 304.

¹⁴ GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____ (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

¹⁵ GOMES, op. cit., 2016, p.306.

e dos já falecidos Vargas e Pasqualini, Brizola surge, não apenas como um político atuante, mas como um intelectual do trabalhismo:

Neste período, interpretou o trabalhismo à luz das ideias que empolgavam as esquerdas na América Latina desde os meados de 1950, influenciado pelos movimentos anti-imperialistas latino-americanos na conjuntura da Guerra Fria e pelas repercussões da revolução cubana.¹⁶

No Rio Grande do Sul, terra natal de Vargas, Goulart e, também, de Brizola, o PTB se estabelecerá a partir de varguistas, oriundos de uma ruptura do PSD.

Vargas, que no início tenta manter-se equidistante entre o PTB e o PSD, depois da sua derrubada do poder vê-se forçado a privilegiar o fortalecimento do primeiro, principalmente no Rio Grande do Sul. Consolidado a partir da transfusão de políticos varguistas oriundos do PSD, o PTB gaúcho crescerá nos anos de 1946-47, justamente sob o impacto da ruptura entre Vargas e o PSD local e da radicalização política do discurso getulista na fase do seu exílio são-borjense. É neste período que o PTB conquista o apoio majoritário do voto operário em Porto Alegre e nos principais centros urbanos do interior (Rio Grande, Pelotas, Santa Maria e Caxias do Sul).¹⁷

E é justamente neste cenário, no ano de 1947, que surge, em nível estadual, a figura do jovem engenheiro Leonel de Moura Brizola. Após ocupar por dois mandatos o cargo de Deputado estadual, eleito em 1947 e 1950, e o cargo de Prefeito de Porto Alegre, eleito em 1955, Brizola assume o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1958. De acordo com Cánepa¹⁸, Brizola assume o Governo do Rio Grande do Sul, no auge de sua crise econômica. Para a autora, o Governo Brizola se divide em dois períodos. O primeiro, onde temporalmente se encontra a nossa análise, vai da sua posse, em 1959, até a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. Neste período, Brizola toma consciência dos problemas econômicos vividos pelo Estado e busca interpretar as suas reais causas, ao mesmo tempo em que o Rio Grande deixa de ser o “celeiro” do Brasil e passa a ser percebido como um Estado imerso em uma crise profunda.

¹⁶ FERREIRA, op. cit., 2016, p.23.

¹⁷ BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, p. 208.

¹⁸ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

As condições para a produção discursiva de Leonel de Moura Brizola¹⁹

Para Pêcheux, as condições de produção trazem os lugares sociais, as condições de força, as tensões entre os “já-ditos” e os “a-dizer” e tomadas de posição do sujeito discursivo. Neste caso, o discurso de Brizola recebe seu sentido das condições de sua produção e as expressões, palavras e proposições têm seu sentido conforme a posição por ele sustentada. Conforme Orlandi²⁰, a análise discursiva não considera a linguagem como um sistema abstrato. Todavia, leva em consideração, entre outras coisas, os “processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”²¹, sendo necessário ao analista, a fim de encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, relacioná-la à sua exterioridade. Para a autora, a análise discursiva se faz valer de uma série de ferramentas, dentre as quais se encontram as condições de produção do discurso, que compreendem os sujeitos e a situação. As condições devem ser consideradas em um sentido estrito – o contexto imediato –, assim como em um sentido amplo – sócio-histórico e ideológico.

Para Brizola²², em sua palestra para os estudantes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, as causas do empobrecimento do Rio Grande do Sul – como, por exemplo, a disparidade com outras regiões do Brasil, antes referidas – estavam muito além de apenas problemas internos. Faziam parte de um contexto maior, no qual não apenas o estado, mas diversas nações subdesenvolvidas eram submetidas a condições de vida e desenvolvimento extremamente desfavoráveis. Para o governador, as causas dos problemas que assolavam o Rio Grande do Sul, e também essas nações menos favorecidas – em especial, as da América Latina – giravam em torno de dois pontos. O primeiro era o denominado “círculo de pobreza”, segundo Brizola, “[...] aquele estado que outros chamam de ‘barreira da pobreza’ ou, ainda, a situação em que se encontram indivíduos, famílias e coletividades, que não pode ser vencida, nem superada, sem uma modificação das relações existentes”²³.

¹⁹ A partir deste item, trabalha-se com o discurso proferido por Leonel Brizola em evento na Faculdade de Ciência Política e Econômica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 1961.

²⁰ ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2001.

²¹ ORLANDI, op. cit. 2001, p.16.

²² Doc. APHMC 3.1.2. Acervo Particular Hamilton Moojen Chaves, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

²³ Doc. APHMC 3.1.2. Acervo Particular Hamilton Moojen Chaves. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

Exemplificando, Brizola, em seu pronunciamento na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da UFRGS em 1961, citava o caso de um operário com esposa e filhos, residente de um bairro distante, que sobrevive apenas com um salário mínimo. Segundo o governador:

[...] será muito difícil sair desta situação sem que haja uma modificação nas suas relações, sem que a comunidade, pelo poder público ou de algum outro modo, lhe enseje uma oportunidade de sair do estado em que vive. Será absolutamente impossível vencer o que denominamos ‘círculo vicioso da pobreza. Por mais que trabalhe e que cumpra com os seus deveres, será sempre o mesmo homem, vendo a família tender para o aniquilamento e a desvitalização (sic).²⁴

O segundo ponto dizia respeito às nações desenvolvidas – ou de vanguarda – e as nações subdesenvolvidas – mundialmente mais atrasadas. Conforme o petebista, as grandes massas desfavorecidas da humanidade não querem – e não podem – esperar pelo clássico processo de desenvolvimento, pelo qual passaram todos estes países que tiveram sua prosperidade construída no decorrer da história. A luta dessas nações contra o pauperismo, pela subsistência, de maneira desesperada, é diária, tendendo a uma espécie de sindicalização mundial – fruto do surgimento de uma “unidade” –, decorrentes da luta pela sobrevivência na qual se encontram. Para o governador, o que mantinha tal coletividade – que representa a maior parte da humanidade – eram justamente suas relações econômicas e financeiras com as nações desenvolvidas, que geravam o seu próprio entorpecimento pela estrutura interna que rege o governo e todas as suas atividades, e que, por sua vez, só existe como parte do processo de exploração desta sociedade. Dessa forma, esse intercâmbio existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos gira em torno de uma série de interesses e cria ao redor destes países subdesenvolvidos uma espécie de crosta, que amortece a disseminação de todos os fatores que poderiam alçar esta nação a um patamar de desenvolvimento mais elevado.

Essas camadas dominantes, referidas anteriormente, possuíam, segundo Leonel Brizola, o total controle sobre os meios de ação, formando, como no caso da América Latina, uma estrutura interna difícil de ser modificada, até mesmo com as aparentes modificações nos regimes políticos e seus governantes. Sendo assim, tais nações apenas poderiam sair do atraso se fossem capazes de romper ou modificar as estruturas internas que, como apontado anteriormente, amortecem as atividades que levam ao desenvolvimento, colocando em termos equânimes o intercâmbio com as nações desenvolvidas. Pondo o Brasil e os brasileiros entre o grupo de países e povos explorados pelos grupos econômicos estrangeiros

²⁴ Idem, doc. cit.

e seus associados, Brizola fazia referência a uma “dupla espoliação”: por meio da venda de produtos nacionais, a preços mínimos, e da compra de produtos importados, a preços altíssimos, que geram o enriquecimento contínuo destes grupos e, na contrapartida, o empobrecimento interno e a estagnação de todos os fatores que poderiam dinamizar o desenvolvimento, mas que por estes grupos são conduzidos.

A partir desta percepção, buscou alternativas para a superação desta situação, que acabaram integrando economia e política. Como Governador, Brizola adotou uma política econômica desenvolvimentista, fundando a Caixa Econômica Estadual, a Aços Finos Piratini e a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT). Construiu mais de 6 mil escolas, abriu quase 700.000 matrículas, contratou mais de 42 mil professores, apoiou movimentos camponeses, como o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) e nacionalizou empresas estrangeiras – essa talvez sua medida de maior impacto²⁵. Durante seu mandato, ganhou projeção nacional e de destaque entre as esquerdas, principalmente após o episódio da Campanha da Legalidade, que garantiu a posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

Dentro de um contexto amplo, é importante observarmos o discurso de Leonel Brizola, assim como o momento vivido pelo Estado e pela Nação, como parte de um período impar do século XX: a Guerra Fria. Neste contexto, os Estados Unidos – que encabeçavam o bloco capitalista – e a União Soviética – líder do bloco comunista –, dividiam o mundo e exploravam as regiões subdesenvolvidas – como a África, Ásia e América Latina –, localizada em suas zonas de influência desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sua influência ia muito além apenas das questões econômicas: era também política e psicológica. De acordo com Ferreira²⁶, em seus discursos, Brizola pregava a não dependência de ambas as nações, sendo necessária a busca por uma “solução nativa” para os problemas nacionais, a partir de um estudo acerca dos problemas brasileiros, como a miséria e o analfabetismo.

Em um contexto mais estrito, percebemos o Rio Grande do Sul fortemente afetado pela centralização do processo de industrialização no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte, impulsionado pelo Plano de Metas e pelo interesse dos grupos econômicos internacionais instalados naquela região, que colocaram o estado gaúcho em segundo plano na esfera econômica nacional e levaram, conseqüentemente, à marginalização do Estado, a partir da impossibilidade de investimento em agricultura, pecuária e indústria.

Brizola, a partir de um constructo ideológico, constrói um saber em meio ao que está acontecendo e que produz seus efeitos. O lugar de onde ele fala, ou seja, o de Governador,

²⁵ FERREIRA, op. cit., 2016.

²⁶ FERREIRA, idem, 2016.

regula os sentidos, podendo utilizar a linguagem com o poder de dizer e, ao mesmo tempo, jogar com esse poder. O que diz não é apenas dele, mas é construído a partir de condições sócio-históricas e ideológicas que só pode ser compreendido em seus próprios mecanismos de funcionamento. Como afirma Orlandi²⁷, é na leitura discursiva, partindo do texto para chegar ao discurso que se pode observar a relação linguagem-exterioridade-historicidade.

A partir das condições de produção do discurso, passamos à busca do interdiscurso, que segundo Orlandi é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito e que está na base do dizível”²⁸. Aqui nos referimos à memória discursiva, isto é, ao “já-dito”, sentidos que foram constituídos ao longo do tempo e que aparecem reinscritos no discurso. Os “já-ditos” materializam-se como pré-construídos, disponibilizando saberes e vozes, apropriados pelo sujeito, fazendo deles, objetos de seu discurso.²⁹ No que o sujeito considera como seu, estão inseridos discursos-outros, provenientes de formações discursivas³⁰ distintas transportando consigo enunciados e sentidos que configuram o dito por Brizola.

Um modo de significar: os “já ditos” no discurso de Brizola aos estudantes da FCPE da UFRGS

Sobre interdiscurso, Orlandi³¹ afirma que uma memória, quando pensada em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Segundo a autora, o interdiscurso pode ser definido como aquilo já dito anteriormente, em outro lugar. É o que se pode chamar de memória discursiva, onde o saber discursivo torna possível todo o dizer, sustentando cada palavra proferida. Desta forma, Orlandi³² conclui que o fato de existir um “já dito” sustenta a possibilidade de todo discurso posterior a ele. Sendo assim, o interdiscurso

²⁷ ORLANDI, op. cit., 2001.

²⁸ Idem, 2001, p. 31.

²⁹ Sobre interdiscurso ver: HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993, p. 13-38. ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1988.

³⁰ “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988, p. 160.

³¹ ORLANDI, op. cit., 2001.

³² Idem, 2001.

torna-se fundamental para a compreensão do discurso, sua relação com os sujeitos e sua ideologia, uma vez que há uma relação entre o que já foi dito e o que está se dizendo.

Em sua fala, Brizola afirma que o caso gaúcho em nada se difere da espoliação de estruturas internas, ocorrida em todo o território nacional, estando o Estado à margem do centro dinâmico e do jogo de influências desse processo, localizado no Centro-Sul do país. De acordo com o governador, este é o centro das atividades da estrutura vigente, tão adaptada ao funcionamento do sistema que se torna capaz de induzir, influenciar e até mesmo orientar decisões do Governo e de seus Conselhos. Segundo ele, o fruto do trabalho do povo brasileiro tem sido canalizado para esta área. Não está sendo drenado para o povo paulista, mineiro ou carioca, mas para grupos econômicos. A riqueza produzida não vai para os trabalhadores e agricultores, e sim para grupos nacionais e estrangeiros, que vem explorando o Brasil há tanto anos, principalmente após o início do processo de industrialização. E de quem seria a culpa pelo processo espoliativo que assola o país? Para Leonel Brizola, a culpa maior é do próprio Governo brasileiro. O governo dos Estados e Municipais pode colaborar, apenas, com seus protestos e reclamações. Todavia, as decisões cabíveis são responsabilidade do Governo Federal, que, persuadido pelos grupos econômicos nacionais e estrangeiros, passou a exercer políticas totalmente contrárias aos interesses da nação brasileira.

Um dos principais erros do Governo Federal, na opinião de Brizola, é considerar o Brasil como uma só unidade, do ponto de vista econômico, a exemplo de outros países, como a Holanda, onde uma fábrica, instalada ao norte do país, irriga, igualmente, a economia da zona sul. No modelo brasileiro, segundo o petebista, uma fábrica instalada em São Paulo não influi no desenvolvimento da economia gaúcha, assim como uma fábrica instalada no Rio Grande do Sul não induz a economia nordestina. Considerando o Brasil unitário, realizam o processo de industrialização de maneira idêntica, o que, na opinião de Leonel Brizola, é um grave erro. De acordo com o líder trabalhista, o enriquecimento de grupos nestas áreas tem reflexo direto sobre o processo de empobrecimento de regiões mais distantes, como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – fruto do fechamento das fronteiras do Brasil e do intercâmbio internacional, inteiramente controlado pelo Governo Federal –, outrora abastados, mas hoje afetados diretamente por este processo espoliativo. Na visão de Brizola, tornou-se impraticável nestes Estados a instalação de uma política de importação e exportação, devido ao, já citado, total controle do Governo.

Brizola alega que estas empresas estrangeiras foram trazidas ao Brasil pelo próprio Governo, mediante a uma série de medidas que tinham como intuito tornar atrativa a

permanência destas em solo nacional. De acordo com o governador, estes grupos, depois de estabelecidos, tinham o país inteiro como concessão, sendo impossível para qualquer região importar produtos fabricados por esta, que se tornava livre de todo o tipo de concorrência internacional. Todas estas indústrias passaram a se instalar no eixo já referido – em especial, São Paulo – onde se concentram as massas de favores e a atenção do próprio Governo Federal. Eletricidade, transportes, indústrias subsidiárias: neste eixo – Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte – existem as melhores condições, tornando atrativa a instalação de indústrias nestes locais. Todavia, tudo isso existe apenas em decorrência das promoções e concessões realizadas pelo Governo Federal, que geram, segundo Brizola, um círculo vicioso, que traz mais investimentos a estas áreas e menos a outras, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Segundo Brizola, apesar dos imensos esforços empregados pelo Governo neste período para atrair novas indústrias ao Estado – diminuição de impostos por parte dos municípios, tarifas especiais de energia elétrica e a diminuição em até 25% dos impostos para a exportação –, o desinteresse destas pelo Rio Grande do Sul é visível. Quanto às indústrias locais, sem capital próprio e sem poder conseguir crédito com os bancos para a ampliação de seus parques, passaram a ter uma importância cada vez menor no cenário nacional, devido à estagnação de sua capacidade produtiva, à desatualização de seus produtos e ao custo de seus artigos. Este processo levou, portanto, à marginalização do parque industrial gaúcho, registrando-se, em alguns casos, avanços inexpressivos e, em outros, a total estagnação.

Neste cenário, Brizola afirma que os produtos oriundos de atividades extrativas são desvalorizados em relação ao processo inflacionário e vendidos por poucos cruzados, que conseqüentemente retornam ao centro do país na compra de produtos supervalorizados – como televisões, rádios, peças de automóveis e pneus – sem concorrência internacional, com preços ajustados constantemente. Quanto à pecuária, Brizola aponta para a descapitalização – aliada ao atraso, a falta de assistência técnica e planejamento e a erros de estrutura e mentalidade – como a grande responsável pela estagnação gaúcha e pelo retrocesso observado em indústrias que trabalham com materiais oriundos da pecuária. Apesar da grande disponibilidade de matéria prima, suficiente para abastecer boa parte do país, isto não ocorre. Pelo contrário: 80% dessa indústria se encontra paralisada, com frigoríficos abandonados, enferrujando. Os poucos em funcionamento trabalham apenas algumas horas do dia, durante poucos meses do ano. Pela falta de investimento no setor, os produtores gaúchos são obrigados a vender aos frigoríficos do Centro-Sul, que por sua vez pagam o preço que lhes interessa. Para

Brizola, isso apenas demonstra que a industrialização do Rio Grande do Sul, nestas circunstâncias, não depende apenas de energia elétrica e transportes. A matriz do problema gaúcho encontra-se no baixo rendimento e descapitalização, frutos de transações e intercâmbio desfavorável, que afetam a indústria, pecuária e agricultura do Estado, na qual trabalham em torno de 80% dos gaúchos.

Os efeitos de tal processo são, na visão de Brizola, os mais simples de serem observados, uma vez que seus reflexos passam a serem sentidos de imediato. Para o petebista, a raiz de quase todos os problemas é a descapitalização, que afeta diretamente as condições de trabalho e o nível de emprego. Uma vez que tais regiões compram os produtos oriundos de áreas agrícolas a um baixo preço e vendem seus produtos industrializados a essas localidades a preços altíssimos, tornam estas regiões de produção agrícolas suas tributárias. Além disso, com o alto investimento realizado na região central do país, percebe-se, especialmente em São Paulo, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária – dado o grande volume de recursos, técnicos e mão de obra especializada sob condições econômicas muito superiores – tornando o preço dos produtos fabricados lá mais favorável, marginalizando assim a agricultura e a pecuária gaúcha. A partir deste processo, gera-se um déficit crescente com o restante do país – de aproximadamente 3 bilhões por anos –, a diminuição do poder aquisitivo do povo gaúcho e uma taxa de desemprego que atingira, em 1963, segundo Cortés (2007), a marca de 300.000. Além de todos os problemas acarretados ao mercado interno, Brizola frisa que este processo afeta também a exportação gaúcha que, nestes moldes, não encontra formas de disputar mercado com os produtos oriundos do eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais.

Brizola considera que, sem industrialização, não existe desenvolvimento. Apesar de muitos, segundo ele, sustentarem a ideia de que o Rio Grande do Sul deve se concentrar na pecuária e agricultura, o líder trabalhista defende que é necessário ao Estado preocupar-se com sua industrialização, pois, se não o fizer, acabará perdendo também sua pecuária e agricultura, uma vez que não podem existir sem que sejam completadas por um grande parque industrial.

Frente aos fatos apresentados, não há dúvida, para Brizola, da existência de um processo de empobrecimento e marginalização do Rio Grande do Sul. De acordo com o governador, se perdurarem os erros do Governo Federal, o destino do Estado será um: tornar-se o fundo do quintal deste centro industrial que se desenvolve dia após dia na região Centro-Sul. Muitas das fábricas gaúchas serão fechadas, e muitas outras para lá serão transferidas. O Estado, em especial o campo, empobrecerá. Os agricultores não terão como revitalizar suas propriedades e sobrarão, mais e mais, mão de obra ociosa. Mais

peças sem emprego, sem meios de subsistências, e uma evasão, cada vez maior, de técnicos e mão de obra qualificada. Frente a este dilema, existem, na visão de Brizola, apenas duas alternativas: ou muda-se para esta região, ou decide-se lutar contra o estado das coisas; ou cruzam-se os braços, ou enfrenta-se o problema.

Como referido anteriormente, o interdiscurso se caracteriza como o “já dito”, e que embasa aquilo que está sendo dito ou ainda será dito, a partir de uma posição do sujeito, num contexto sócio-histórico e ideológico dado. Desta maneira, podemos encontrar no texto de Brizola, enunciados derivados de outras formações discursivas, isto é, espaço da interpelação ideológica do sujeito, o atravessamento por outras formações discursivas, as relações estabelecidas e efeitos de sentidos a partir dessas e as apropriações. Nesse sentido, pode-se identificar uma memória discursiva que remete a enunciados anti-imperialistas e em defesa dos então chamados países do Terceiro Mundo, às falas de lideranças dos processos de libertação colonial e afirmação da soberania na África, Oriente Médio, Ásia e América Latina. Carregados de temas como autodeterminação, libertação nacional e anti-imperialismo, ao mesmo tempo Brizola enfatizava seu componente popular.

Além disso, é importante observarmos a aproximação entre o discurso brizolista e a Carta-testamento de Vargas, texto fundador do trabalhismo, ao denunciar o domínio e o processo de espoliação dos grupos internacionais, econômicos e financeiros, que fizeram a nação brasileira mergulhar em um mar de dependência e submissão, assim como em uma convocação à luta, ao inconformismo, à insubmissão e à resistência. Caracteriza-se, assim, o interdiscurso: Brizola, naquele momento, se apropria do discurso proferido pelas grandes lideranças da esquerda América Latina – das quais já fazia parte –, para compreender e definir o processo vivido no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul. De igual maneira, utiliza a carta-testamento deixada por Vargas, do qual era um dos herdeiros políticos, como base para a radicalização ocorrida no início da década de 1960, interpretando-a baseado na conjuntura político-econômica de sua época, sendo essa interpretação fonte de inspiração não apenas para Brizola, mas para toda a esquerda radical brizolista. Desta, o discurso brizolista caracteriza-se, grosso modo, na releitura de tudo que, outrora, já havia sido dito a respeito pelas principais lideranças da esquerda de sua época – ou anteriores, como Vargas –, adaptado ao momento político-econômico, nacional e regional, no qual Brizola encontrava-se inserido.

A fala aos estudantes da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da UFRGS em 1961 mostra que a forma de atingi-los só existe pela possibilidade de relação entre os sujeitos na sua historicidade e nos seus aspectos sociais e culturais. Percebemos, como

analistas, que há uma produção de saber e a ocorrência da ideologia que interpela o que pode ser dito, o que pode e o que não pode ser aceito. Assim, a produção do discurso se relaciona com outros ditos e sentidos já postos.

Considerações finais

Neste trabalho fizemos um estudo visando à investigação de um discurso de Leonel de Moura Brizola, dialogando com a Análise do Discurso de linha francesa, no que tange às condições de produção e ao interdiscurso. A partir da análise realizada, percebemos a centralização do processo de industrialização na região Centro-Sul – fortemente impulsionada pelo Plano de Metas, a partir de 1956 –, o aumento da inflação e o processo espoliativo praticado por grupos estrangeiros – instalados na região já referida sob – a nação brasileira, como os principais agentes de marginalização do Estado do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1950 e 1960. Tal processo torna-se visível a partir da estagnação da agricultura e da pecuária – setores historicamente fortes na região –, assim como do sucateamento do parque industrial gaúcho, carente de investimentos, como os realizados no centro do país.

Sob a luz das condições de produção, entendemos o discurso brizolista dentro de um contexto amplo – histórico, ideológico e social –, a Guerra Fria, no qual os Estados Unidos e União Soviética exerciam forte influência, seja ela econômica política ou psicológica, sobre os países localizados em suas zonas de intervenção. De igual forma, compreendemos a fala do líder trabalhista como parte de um contexto mais estrito – o contexto imediato –, a partir da espoliação praticada pelos grupos econômicos estrangeiros sobre o Brasil, a centralização do processo de industrialização na região Centro-Sul, e o aumento da inflação, que repercutem fortemente sobre a economia gaúcha. Isto nos levou a pensar sobre a configuração de Brizola como sujeito do discurso, constituído nos entremeios de outros discursos e construção de sentidos e sua inscrição na enunciação, na reprodução desses.

Analisando o interdiscurso, percebemos o discurso de Brizola fortemente influenciado pela fala dos principais líderes da esquerda de sua época – ou anteriores –, principalmente da América Latina. Como matriz do seu pensamento, encontra-se a Carta-testamento³³ de Getúlio Vargas, mas interpretada por Brizola à luz do momento em que

³³ Carta datada de Rio de Janeiro, 23/08/1954. Segundo Heymann “Nessa carta ficavam explícitas as razões que o tinham levado ao gesto extremo do suicídio e eram indicados os responsáveis pelo desfecho trágico: grupos internacionais cujos interesses o governo contrariara, aliados a grupos nacionais que se opunham ao que Vargas definia como “o regime de garantia do trabalho”. Unidos, eles haviam deflagrado um

se encontrava. Aqui nos reportamos a que Brizola não possui o controle do que produz discursivamente, participando de um jogo de retomada de relações entre discursos em uma dada formação discursiva. O que é dito tem significado em uma dada condição de produção, a partir da posição ideológica do enunciador que o assume. Como coloca Pêcheux, algo fala antes e em algum lugar. O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade (‘o mundo das coisas’)”³⁴. Chegamos a concluir que um discurso, então, nasce de trabalho sobre outros discursos.

Ao trabalhar o texto do pronunciamento de Leonel de Moura Brizola, a partir da Análise de Discurso, apontamos um caminho para a leitura dos documentos constantes de acervos particulares em Arquivos públicos, o que caberia ser tema de outro trabalho. A exterioridade em que foi produzida a fala de Brizola não está fora da linguagem, mas somada, constitutiva a ela. O que poderíamos dizer então, em relação à constituição do acervo, a sua doação para um Arquivo Histórico, sua organização e catalogação? Não seria outra espécie de exterioridade a ser levada em consideração pelo analista do discurso nas condições de produção deste?

Essas inquietações nos tocaram enquanto discutíamos e construíamos este texto, levando-nos a pensar sobre outras questões em termos sócio-históricos a serem levadas em consideração ao se trabalhar com determinados documentos.

Ao finalizar, reafirmamos que ficou patente que há uma ancoragem da ideologia ao histórico e ao social. O sentido se ampara no interdiscurso, no já dito e nas condições de produção.

bombardeio sem tréguas ao qual o presidente não mais podia resistir, um bombardeio que pretendia atingir sua pessoa, mas que, segundo suas palavras, visava a derrotar as conquistas que o governo assegurara ao povo brasileiro. No texto, Vargas colocava-se, enquanto governante, no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte, buscava sagrar-se seu mártir e consolidar seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo. HEYMANN, Luciana Quillet. **A Carta-testamento e o legado de Vargas**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida_/CartaTestamento>. Acesso em agosto/2016.

³⁴ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1975, p. 164.